



Revista de Sociologia e Política

ISSN: 0104-4478

EditoriaRSP@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná

Brasil

Weiss, Raquel

Max Weber e o problema dos valores: as justificativas para a neutralidade axiológica

Revista de Sociologia e Política, vol. 22, núm. 49, enero-marzo, 2014, pp. 113-137

Universidade Federal do Paraná

Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23831472007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Raquel Weiss

RESUMO

O presente artigo versa sobre um dos temas mais centrais das ciências sociais em geral e da obra weberiana em particular, qual seja, o debate em torno do engajamento ou do distanciamento do cientista em relação à realidade social que constitui seu objeto. No decorrer deste texto é realizado um escrutínio da posição de Max Weber em torno dessa questão, que é condensada na sua defesa de uma postura de “neutralidade axiológica”. Mais do que identificar o sentido atribuído a esta ideia, o objetivo que norteou a pesquisa foi o de apreender as justificativas apresentadas por Weber para conferir sustentação a essa premissa. A primeira etapa da pesquisa consistiu em uma leitura estrutural de todos os textos de Max Weber que versam sobre o tema em questão e que compõem a coletânea *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, conforme explicitado de modo detalhado na segunda seção do artigo. A partir disso foram selecionados todos os trechos contendo a expressão “neutralidade axiológica” e outros termos correlatos, apresentados na tabela em anexo. Esses trechos foram então classificados e analisados em relação ao seu conteúdo, com o intuito de apreender as justificativas apresentadas pelo autor. Ao final, todos esses dados foram mobilizados e sintetizado de modo a se produzir considerações mais gerais sobre a teoria do autor em questão. O principal resultado da investigação, que é aqui apresentado, é uma compreensão mais ampla e profunda das justificativas subjacentes a uma das posições mais cruciais da sociologia weberiana, e que permite um posicionamento mais bem informado em relação a essa temática que ainda se mantém como um dos pilares das reflexões epistemológicas nas ciências sociais contemporâneas. Portanto, o artigo contribui para o debate lançando uma nova luz sobre as premissas que estruturam a defesa do princípio da neutralidade axiológica, explicitando que a defesa de tal princípio se deve a uma pluralidade de justificativas. Além disso, a discussão aqui apresentada permite compreender com mais clareza as consequências dessa defesa da neutralidade axiológica para a ciência e para a vida social.

PALAVRAS-CHAVE: Max Weber; Metodologia das Ciências Sociais; Neutralidade Axiológica; Teoria Sociológica; Epistemologia

Recebido em 29 de Maio de 2012. Aprovado em 2 de Outubro de 2012.

I. Introdução: o problema dos valores na obra de Max Weber¹

¹ Agradeço aos pareceristas anônimos da *Revista de Sociologia e Política* pelas importantes contribuições. Gostaria de dedicar este artigo à memória de meu mestre e amigo, Antônio Flávio Pierucci, que leu o manuscrito deste texto e encorajou-me a publicá-lo.

O conceito de “valor” é indiscutivelmente um dos mais importantes da obra de Max Weber, e adquire um significado particularmente importante no contexto de seus escritos metodológicos. Antes de entrar no tema que interessa mais diretamente ao assunto tratado no presente texto, creio ser importante tecer algumas considerações acerca da posição de Weber no debate com o historicismo alemão, no interior do qual começaram a configurar-se as principais concepções do autor com relação ao problema dos valores, tendo como ponto de partida a adesão à parte das proposições sustentadas por Rickert, no que se refere à elaboração da tese quanto ao caráter próprio das ciências da cultura.

O ponto de vista sustentado por esse autor foi crucial para a edificação da perspectiva metodológica e epistemológica de Weber, na medida em que lhe forneceu os primeiros instrumentos para marcar sua posição na polêmica contra o historicismo. Embora muitos aspectos da obra metodológica de Weber

tenham sido reformulações de concepções já enunciadas por Rickert, há, contudo, um aspecto que é muito peculiar na obra do sociólogo, que acabou por tornar-se o tema central de seus textos metodológicos e que resultou em sua principal contribuição para esse campo (cf. Ringer 1997). Refiro-me ao tema da “objetividade”, que foi desenvolvido propriamente no âmbito do debate com a herança romântica da escola histórica. Nesse enfrentamento, a posição weberiana sustentou-se sobre duas teses fundamentais, postuladas como condições necessárias para a objetividade. A primeira defende que as Ciências Sociais não devem lançar mão de recursos, quaisquer que sejam, que exijam uma tomada de posição valorativa. A segunda refere-se à ideia de que as Ciências Sociais devem verificar seus argumentos e hipóteses mediante a utilização da explicação causal. Neste trabalho, será o primeiro aspecto que terá maior interesse, uma vez que se refere mais diretamente ao tema da “neutralidade axiológica”.

A discussão acerca da possibilidade de uma vigência efetiva dessa primeira condição foi realizada pela primeira vez no célebre artigo “A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais e Políticas”, em que o autor partiu, como veremos mais adiante, de uma referência à distinção rickertiana entre “juízo de valor” e “relação a valor”. Por ora, cabe mencionar apenas alguns elementos históricos que nos ajudam a compreender melhor o impacto dos argumentos de Weber, inclusive o significado disso para consolidar sua própria posição diante da atividade científica.

Desde o último decênio do século XIX, uma vez que haviam se libertado das premissas conservadoras de base metafísica, muitos intelectuais tomavam posição diante de questões políticas, a maioria aderindo a correntes socialistas, como era o caso de Schmoller, Wagner e Brentano. Nas revistas daquele período, as discussões de política social apareciam junto com questões de natureza teórica e mesmo com a proposição da elaboração de instrumentos de pesquisa. Esse era o ambiente intelectual de Weber, essas eram as pessoas com as quais tinha ligações políticas, teóricas e mesmo institucionais. Entretanto, quando assumiu a direção do *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, tomou uma posição metodológica mais clara: nesse contexto, o artigo “A objetividade do conhecimento” adquiriu o estatuto de um “manifesto”, estabelecendo uma ruptura com Schmoller e com os assim chamados “socialistas de cátedra”. É precisamente nesse texto que Weber, pela primeira vez, estabelece a separação entre posição ideológica e pesquisa objetiva, defendendo que as Ciências Sociais não podem emitir juízos de valor, mas devem permanecer sempre no plano dos fatos.

Com a distinção entre “o que é” e o que “deve ser”, Weber, a seu modo, acolhe a distinção rickertiana entre “juízo de valor” (*Werturteil*) e “relação de valor” (*Wertbeziehung*), admitindo que as Ciências Sociais não podem nutrir, em seu âmbito, qualquer sorte de valoração prática (avaliação moral), mas estão em relação com os valores somente na medida em que estes delimitam seu objeto em meio à multiplicidade dos fatos empíricos (Cf. Bruun 2001).

Se essa foi a principal contribuição de Rickert, vejamos em que sentido Weber rompe também com esse autor. O ponto crucial da guinada teórica empreendida por Weber, que conferiu um caráter original a seu sistema metodológico, diz respeito ao modo com que ele interpretou a relação do objeto histórico com os valores. Para Rickert, essa relação era mais do que o princípio que determinava a escolha do objeto, embora essa também fosse uma de suas funções: transcendendo esse plano “operacional”, defendia que a relação aos

valores era o que conferia validade incondicionada ao conhecimento histórico, isso porque um dos pressupostos de seu arcabouço teórico que, aliás, era compartilhado por Windelband, era o de que os valores que levam à escolha do objeto são universais e necessários. Vinculando a validade do conhecimento histórico à validade incondicionada dos valores, subordinou a análise metodológica à teoria do conhecimento. Portanto, segundo a crítica de Weber, sua doutrina do método permanecia perigosamente circunscrita em um plano metafísico, aquele do neokantismo alemão. Para Weber, ao contrário, a referência do dado empírico a valores não representa qualquer garantia absoluta, afinal, a escolha entre uma multiplicidade de dados resulta de critérios que não são necessários e tampouco universais, mas simples consequência de escolha que representa apenas um ponto de vista.

Porém, apenas em 1918 Weber manifestou, com absoluta clareza, essa convicção que sempre norteou seus passos. Foi no texto *O sentido da neutralidade axiológica das Ciências Sociológicas e Econômicas* (“Der Sinn der ‘Wertfreiheit’ der Soziologischen und konomischen Wissenschaften”) que ele formulou, com todas as letras e consequências, a ruptura com a “Filosofia dos Valores”, que sustentava a premissa de que, a partir dos valores realizados no plano da cultura, poder-se-ia atingir os valores transcendentes. Para usar uma expressão cara ao autor, os “portadores” dessa filosofia postulavam que isso seria possível a partir da determinação da conexão sistemática dos valores com o mundo e da definição da historicidade do homem com base na relação necessária com o mundo dos valores. Para Weber, esse deixou de ser um projeto possível, e por isso propôs uma nova maneira de pensar a relação do homem com os valores, valores que deveriam perder o *status* de “absolutos”.

Esse era um tipo de questão que ultrapassava as simples considerações metodológicas, embora estivesse relacionada com elas. Enfim, mais de uma década após a redação de seu primeiro texto metodológico de caráter mais sistemático, o autor retomou com novo fôlego o problema da diferença entre a objetividade das ciências histórico-sociais e o juízo de valor. Para Weber, discutir explicitamente tal questão tornou-se ainda mais premente, inclusive em virtude da presença cada vez maior de certa militância política no ambiente acadêmico. Em um tom ainda mais enfático, essas questões aparecem também em seu discurso de 1917, publicado em 1919 sob o título *A ciência como vocação (Wissenschaft als Beruf)*.

Nesse novo contexto, o autor repetiu as linhas gerais da argumentação proposta em 1904. Porém, no texto *O significado da neutralidade axiológica*, em particular, o autor enfrenta um problema que antes havia tão somente esboçado: uma vez aceito o fato de que às Ciências Sociais não é lícito formular qualquer tipo de juízo de valor ou mesmo utilizar seus conhecimentos para justificar qualquer juízo desse tipo, também seria necessário assumir que tal ciência nada tenha a declarar com relação aos valores?

De forma resumida, como teremos a ocasião de discutir mais adiante, a resposta do sociólogo alemão foi a de que as Ciências Sociais não podem se pronunciar sobre a validade normativa (*Geltung*), mas apenas podem discutir sua vigência empírica (*Giiltigkeit*) e assim lançar luz sobre as condições e as consequências da realização dos valores². É o que Weber chama de “crítica técnica dos valores”, que concerne à avaliação da adequação dos meios para a realização de determinado valor. Com isso, afirma a existência da multiplicidade dos valores, que coexistem em uma relação de tensão, que se manifesta no âmbito de valores de uma mesma esfera e mesmo entre esferas diferentes.

² O termo *Geltung* deve ser assim traduzido quando aparece no contexto do “dever ser”, sendo, assim, o atributo geral de tal contexto; pode ser traduzido como “validade”, no sentido de validade normativa. O termo *Giiltigkeit* também pode ser traduzido como “validade”, mas em geral ocorre em referência ao plano do “ser”, isso é, refere-se à validade objetiva resultante de uma pesquisa empírica. A esse ponto, é inevitável recordar a semelhança com a discussão realizada por Durkheim no texto *Juízo de fato e júizo de valor*, no qual o autor dirigiu-se aos membros da Sociedade Francesa de Filosofia (Cf. Durkheim 1994; Weiss 2009). Aliás, não obstante as enormes diferenças de seus sistemas teóricos, a luta contra a imiscuição desses dois registros parece ser um obstinado esforço de ambos, que pode ser lido no registro do empreendimento de consolidação do campo sociológico frente ao domínio inevitavelmente normativo da Filosofia, por um lado, e com as pretensões práticas do campo da política.

Aadir a um valor implica, para Weber, escolher um entre os vários valores possíveis; justamente por isso, aos olhos da ciência, não se pode mais adir a um valor sob o pretexto de haver encontrado algum que seja absolutamente verdadeiro.

Portanto, o mundo dos valores, que para Rickert constituía uma conexão sistemática dotada de coerência interna, torna-se, para Weber, um mundo caracterizado pela multiplicidade irredutível e pela luta constante. Desse modo, a referência a valores não pode garantir ao homem uma validade incondicionada para sua ação e, na análise da ação humana, trata-se agora de conhecer justamente quais são as condições de escolha dos valores, entendidos como critérios normativos de tal ou qual comportamento.

II. Considerações metodológicas

O objetivo que norteou este trabalho foi o de realizar um mapeamento das justificativas de Max Weber para a “neutralidade axiológica”, tendo como referência para tal o conjunto de seus escritos metodológicos. Inicialmente, a ideia era percorrer rapidamente esses textos, e selecionar os trechos em que aparecia o vocábulo “neutralidade axiológica” (*Wertfreiheit*) para, a partir disso, procurar nesses trechos os possíveis argumentos que justificassem essa postura.

Contudo, tão logo teve-se início a busca, esse procedimento teve de ser redefinido, isso por ao menos duas razões. A primeira delas refere-se ao fato de que as discussões sobre o tema da neutralidade perpassam inúmeros momentos de seus textos e a detecção das justificativas só poderia ocorrer se o trabalho fosse realizado de maneira paciente e cuidadosa, o que implicaria ler os textos selecionados por inteiro, para tomar conhecimento da discussão que de fato estava sendo feita, para apreender o real contexto em que poderiam aparecer as tais justificativas. Por isso, inicialmente, a apresentação dessas justificativas está inserida no contexto argumentativo geral dos textos analisados, o que faz que apareçam aos poucos ao longo de caminhos um tanto curvilíneos, sinuosos às vezes. Ao final, porém, será empreendido um esforço de síntese, quando procura-se apresentar de forma esquemática as justificativas encontradas.

Mas, há uma segunda razão. Se tivesse seguido apenas os trechos em que aparece a expressão “neutralidade axiológica”, muito pouco se teria a dizer a esse respeito; afinal, no conjunto dos escritos metodológicos de Max Weber, o vocábulo *Wertfreiheit* não ocorre mais do que três vezes e todas no mesmo texto, qual seja, *O sentido da “neutralidade axiológica” nas Ciências Sociológicas e Econômicas*. Diante de tal constatação, foi inevitável lembrar-me que o mesmo ocorre com o conceito de “desencantamento do mundo”, como observou Pierucci (2003). Inevitável, também, trazer aqui suas palavras; e note-se que, no trecho a seguir, a expressão “desencantamento do mundo” poderia ser facilmente substituída pela de “neutralidade axiológica”:

À primeira vista parece fácil, extremamente fácil, atinar com o significado da expressão *desencantamento do mundo*³. Assim como parece fácil localizá-los nos textos de Max Weber, sintagma de presença tão densa que se imagina onipresente. Mas não. Se o desencantamento ressoa por trás de cada página de Weber, se ele se insinua em cada entrelinha como se percorresse a obra toda, cravejando-a de ponta a ponta e perpassando cada um de seus estudos, ficando sempre ali em sua escrita, assim, o tempo inteiro, isso se deve antes à força da idéia do que à presença física da palavra. Do termo em si, da expressão vocalular, é só aparência de onipresença, efeito ilusório. Muito mais do que pelo emprego

³ Grifo nosso. O termo grifado pode ser substituído por “neutralidade axiológica”.

⁴ Grifo nosso. Substitua-se o trecho grifado por “dos escritos metodológicos”.

supostamente freqüentíssimo do termo, muito mais do que pela ocorrência material do significante no fluxo caudaloso da pena weberiana, a impressão de onipresença é causada pela importância e significação que esse conceito, conforme veremos logo mais, vai assumir, inclusive retroativamente, na temática substantiva da sociologia comparada⁴ de Max Weber (*idem*, p. 27).

Dessa forma, uma vez que esse conceito não poderia desempenhar o papel de guia da pesquisa, selecionei, a partir de uma leitura inicial, um conjunto de conceitos correlatos, que uma vez grifados, forneceram uma espécie de “mapa” do texto, de modo que foi possível verificar visualmente a sua incidência. De fato, a maior parte dos termos selecionados concentra-se nos mesmo parágrafos ou sequência de parágrafos, deixando evidentes os trechos cruciais, o que possibilitou uma maior “intimidade” com as expressões, cujos significados aos poucos foram tornando-se mais claros e precisos. Além dessa “tabela” mencionada acima, discuto, ainda nesta seção, alguns dados sobre os textos selecionados, assim como apresento uma proposta de classificação para as justificativas encontradas.

II.1. Os textos e seus contextos

Conforme enunciado em minha proposta, o objetivo deste trabalho era o de mapear as justificativas para a neutralidade axiológica apresentadas nos textos metodológicos de Weber, ou seja, refere-se ao conjunto dos textos reunidos no livro *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, publicado inicialmente no ano de 1922, sob os cuidados de Johannes Winckelmann e traduzido no Brasil com o título *Metodologia das Ciências Sociais*. Entretanto, a versão utilizada foi aquela em italiano, editada por Pietro Rossi e publicada no ano 1981 pela editora Reprints Einaudi, com o título *Il Metodo delle Scienze Storico-Sociali*.

A escolha dessa versão teve como principal motivação o fato de que se trata de uma tradução em geral mais precisa e bem cuidada, embora a edição brasileira tenha sido consultada diversas vezes, sobretudo com a intenção de verificar alguns termos já consagrados em nosso, digamos, “vernáculo acadêmico”. Esse foi o caso, por exemplo, do próprio termo “Wertfreiheit”, traduzido em italiano como “avalutatività” e consagrado em português como “neutralidade axiológica”. Os trechos citados são apresentados em português, a partir de uma tradução livre do texto em italiano e, para amenizar os possíveis equívocos, o trecho em alemão é apresentado nas notas de rodapé.

O texto “A ciência como vocação” constitui uma exceção pois, uma vez que não consta na edição italiana, as referências correspondem à edição brasileira da editora Cultrix. Nesse caso, as citações mantêm-se fiéis ao texto publicado em português, com a exceção de alguns pequenos trechos que, em virtude de sua pouca clareza, foram reescritos a partir de um confronto com o original, sendo indicado nas notas de rodapé, toda vez que foi feita alguma modificação.

Cumpre-me ressaltar ainda que dos 12 textos publicados no *Wissenschaftslehre*, apenas quatro são analisados aqui, por razões bastante simples: é neles que a discussão envolvendo o problema da neutralidade aparece de maneira mais significativa. O primeiro deles é “Die Objektivität sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis”, publicado originalmente no ano de 1904 no *Archiv für Sozialwissenschaften und Sozialpolitik*, número 19, ocasião em que Weber assumiu a redação desse periódico, ao lado de Edgard Jaffé e Werner Sombart. Esse texto é dividido em duas partes principais, sendo que, conforme observa o autor na primeira nota, a primeira parte é a expressão das ideias compartilhadas por todos os editores, enquanto a segunda parte seria de

inteira responsabilidade de Weber. No *Gesammelte Aufsätze*, a primeira parte vai da página 146 até a 161, enquanto a segunda inicia-se na página 161 e conclui-se na 214.

O segundo texto analisado é o “Kritischen Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik”, cuja primeira publicação ocorreu no ano de 1906, no mesmo periódico que o texto de 1904. Também este é dividido em duas partes, que podem ser lidas como dois artigos autônomos. A primeira parte, da página 215 até a 266, recebeu o título de “Zur” Auseinanderstzung mit Eduard Meyer”, enquanto a segunda, da página 266 até 290, de “Objektive Möglichkeit und adequate Verusachung in der Historischen Kausal Betrachtung”. Na verdade, apenas a primeira parte é abordada aqui, uma vez que na segunda não se encontrou nenhuma discussão substantiva sobre o tema da neutralidade axiológica. De fato, mesmo na primeira parte, o tema não aparece de maneira tão explícita, mas está, de alguma maneira, implicado nas discussões sobre as peculiaridades do método das ciências histórico-sociais, com certa ênfase sobre seu procedimento e sobre a determinação do objeto.

Seguindo a ordem cronológica de publicação, temos o artigo “Der Sinn der ‘Wertfreiheit’ der Soziologischen und Ökonomischen Wissenschaften”, do ano de 1918 na revista *Logos*. Uma primeira versão desse artigo já havia sido comunicada por Weber em 1913, por ocasião de uma reunião interna na *Verein für Sozialpolitik*; mas conforme observa o próprio autor em nota de rodapé, várias alterações foram feitas para a publicação, pois algumas questões muito específicas foram deixadas de lado, enquanto considerações mais relevantes foram introduzidas, especialmente aquelas de caráter propriamente metodológico. Conforme veremos, é nesse texto que a discussão acerca das justificativas para a neutralidade axiológica aparecem de maneira mais intensa e mais sistemática, embora também ocupe espaço importante no texto “*Wissenschaft als Beruf*”. Este último foi publicado em 1919 na *Vortrag* e consiste no conteúdo de uma palestra dirigida por Weber, em Munique, por ocasião de um evento promovido pela associação *Freistudentischen Bund in Bavaria*. Conforme observa Pierucci (*idem*, p. 150), atualmente sabe-se que, ao contrário do que se supunha, tal comunicação não foi proferida em 1919, mas em 1917, para uma plateia formada fundamentalmente por estudantes liberais com tendências de esquerda.

II.2. Proposta de classificação das justificativas

A seguir, apresenta-se algumas categorias que ajudam a classificar as justificativas para a neutralidade axiológica. São ao todo seis tipos diferentes, elaboradas a partir da leitura do texto.

Justificativas “Ontológicas” [J.O.]: são assim classificadas aquelas justificativas que envolvem uma compreensão mais profunda quanto ao estatuto ontológico dos valores; partem da premissa de o que existe de fato, isto é, empiricamente, é uma variedade incomensurável de valores, que não podem ser entendidos como expressões concretas e particulares de um valor último, isso porque são valores absolutamente divergentes entre si, irreconciliáveis. Esse é o principal aspecto de ruptura com os autores representantes do neokantismo alemão, Rickert em particular, assim como é o aspecto que implica as maiores consequências para o domínio da Ética, à medida que aparece como um estandarte contra uma Filosofia Moral ainda fundamentada sobre premissas metafísicas.

Justificativas Metodológicas [J.M.]: são aquelas que apontam para o fato de que os juízos de valor prejudicam o bom andamento da pesquisa, comprometem o procedimento de busca de explicação causal, desviam o pesquisador da busca pela compreensão do fenômeno. Nesse caso, está sempre pressuposta a diferença entre juízo de valor e relação a valor, e a tese de que só a relação a valor pode ter lugar na orientação de pesquisa empírica.

Justificativas Lógicas [J.L.]: esse tipo de justificativa ocorre sempre que Weber identifica erros lógicos nas teses que defendem a importância da valoração para as pesquisas das ciências da cultura.

Justificativas Históricas [J. H.]: em geral, essas justificativas são aquelas em que Weber indica transformações históricas ocorridas sobretudo no domínio da própria ciência, que apontam para uma mudança na compreensão acerca de seus limites e objetivos.

Justificativas Éticas [J.Et.]: ética é entendida aqui em sentido restrito; tal tipo de justificativa refere-se às circunstâncias em que a ausência de neutralidade axiológica pode configurar situações de “abuso de autoridade”.

Justificativas Epistemológicas [J.Ep.]: são consideradas como epistemológicas aquelas justificativas baseadas na compreensão de Weber acerca dos limites e das possibilidades do conhecimento científico; abrange inclusive considerações sobre a diferença entre as pretensões dos diferentes campos do saber, como, por exemplo, o saber científico, o filosófico e o teológico.

III. O problema da neutralidade axiológica nos textos metodológicos

Esta seção é dedicada à discussão dos argumentos apresentados por Weber a respeito do tema da neutralidade axiológica em cada um dos textos selecionados para análise. Em geral, esse tema não aparece de forma suficiente explícita, ou não constitui o aspecto central do argumento, portanto, de acordo com cada caso, procurei apresentar o contexto geral da discussão, com o intuito de apreender da forma mais exata possível quando Weber realmente refere-se às possíveis justificativas, e qual o sentido de suas palavras. Portanto, nesta seção, muitas vezes não será possível ir “direto ao ponto”, pois, será preciso passar por considerações diversas até que se localize a questão que nos interessa. Contudo, na última seção, as diversas justificativas pontuadas no decorrer do texto serão apresentadas de forma esquemática.

III.1. Primeiro texto: a objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais e Políticas

Na introdução ao artigo “A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais e Políticas”, Weber já apresenta a questão central que norteia suas considerações, qual seja, aquela acerca dos limites da normatividade no domínio da ciência. Tal questão, segundo o autor, tem necessariamente dois desdobramentos, cujo conteúdo demanda resposta às seguintes perguntas: (i) A ciência deve ou não adentrar no campo valorativo, emitindo juízos de valor, julgando a realidade, e deve ou não apresentar propostas de reformas práticas? (ii) É possível uma verdade objetivamente válida nas ciências que têm a cultura como objeto? Conforme teremos ocasião de constatar, o tema da neutralidade aparece sobretudo nas discussões relativas à primeira questão, embora apareça de maneira um pouco dispersa nas considerações envolvendo também a segunda que, na realidade, são as que ocupam a parte mais significativa do artigo.

⁵ Nesse texto, começa-se a contar os parágrafos na primeira parte, logo após o final da introdução.

Logo que inicia a primeira parte, ainda no primeiro parágrafo⁵, é possível visualizar a presença de termos correlatos ao tema da neutralidade axiológica: juízos de valor, diferença entre o que é e o que deve ser, esfera ética. Mas, em que sentido Weber os emprega, com qual intenção? Vejamos. Em uma primeira ocorrência do termo “juízo de valor”, o autor refere-se ao fato de que, inicialmente, as Ciências Sociais eram norteadas por objetivos de natureza essencialmente prática, ou seja, enunciar juízos de valor era considerado como sua própria razão de ser ou, para mencionar uma comparação proposta pelo autor, arrogava para si a tarefa de curar os males da sociedade da mesma forma que um médico fazia com seus pacientes. Contudo, observa o autor, essa “autocompreensão” da ciência havia se transformado, e naquele momento já se tinha clara a distinção entre “aquilo que é” (*Seienden*) e “aquilo que deve ser” (*Seinsollenden*), e é precisamente essa distinção que ele pretendeu ratificar e aprofundar, delimitando como terreno da ciência aquele do “ser”, ou seja, da investigação daquilo “que é”.

Para Weber, porém, se à ciência não cabe emitir juízos de valor, também é preciso lidar com o fato de que os valores são seu objeto e um dos objetivos da revista da qual acabara de assumir a direção, era o de realizar uma “crítica científica” dos ideais e dos juízos de valores. Portanto, seria necessário especificar em que poderia consistir tal crítica científica. Quanto a isso, o autor afirma o seguinte:

À consideração científica é acessível sobretudo, incondicionalmente, a questão quanto à oportunidade dos meios com relação a um determinado fim [...]. Nós oferecemos àquele que age a possibilidade de mensurar entre as consequências desejáveis e não desejáveis de sua ação, e assim responder à questão: quanto custa a realização de um fim almejado, na forma de perda previsível de outros valores? [...] A ciência pode tornar consciente que cada agir, e naturalmente, segundo as circunstâncias, o não agir, significa uma tomada de posição em favor de determinados valores, e por consequência –o que de bom grado se esquece atualmente– contrária a outros. Porém, realizar a escolha é algo que compete ao homem que age (Weber 1968a, p. 149; 1981a, p. 59).

Dando continuidade a suas ideias, o autor destaca ainda que uma abordagem científica dos próprios juízos de valor pode ir além de mostrar a relação entre meios e fins implicadas em cada ação, mas pode inclusive ensinar a avaliar nossos ideais de forma crítica, mas o limite dessa crítica é o limite da própria arte da dialética, isso, é, só pode oferecer os instrumentos para uma avaliação de caráter lógico-formal, sem nada poder afirmar sobre seu conteúdo. Mostrar possíveis contradições e inconsistências; este é o seu limite. A partir disso, encontramos uma primeira formulação, ainda que tímida, pouco desenvolvida, de uma justificativa [J1] para a atitude de neutralidade axiológica por parte da ciência, expressa nos seguintes termos:

Esta pode, colocando-se este fim, conduzir aquele que age voluntariamente a uma reflexão sobre aqueles axiomas últimos que estão na base do conteúdo do seu querer, ou seja, aqueles critérios de valor últimos que inconscientemente o movem, ou – para que fosse coerente– deveriam movê-lo. Tornar conscientes esses critérios últimos, que se manifestam concretamente nos juízos de valor, é em cada caso a última coisa que ela (a ciência) pode fazer, sem invadir o terreno da especulação. Que o sujeito que julga deva conformar-se a estes critérios últimos, é uma decisão pessoal, que concerne apenas à sua vontade e à sua consciência, não ao saber empírico (*idem*, p. 61).

A partir da leitura desse trecho, podemos perceber que a questão da neutralidade axiológica aparece como um limite para atividade crítica da ciência, que pode mostrar ao indivíduo os valores últimos que os movem, mas não pode enunciar nada sobre a validade desses juízos, isto é, não pode emitir juízos de valor sobre os próprios juízos de valor a que se refere. A justificativa para isso pode ser entendida em termos de uma espécie de “divisão” dos campos do

saber, entre o campo dos fatos, que compete à Ciência, e o campo da especulação que, conforme o caso, pode competir à Filosofia. Além disso, está pressuposta a ideia de que qualquer afirmação sobre valores últimos transcende o campo da experiência, isso porque, esta é a premissa de Weber, não existem, na realidade, valores que possam ser considerados últimos, fundamentais, universais.

No sétimo parágrafo, essa mesma discussão tem continuidade, mas agora o autor introduz um novo nível de problematização, que se refere ao fato de que mesmo o homem de ciência é movido por valores. Sim, Weber não o nega, e reafirma que, assim como qualquer outro homem, também aquele que se dedica à ciência não pode ter a pretensão de justificar a validade incondicional de seus valores, e mesmo nesse caso, a dignidade de sua pessoa depende de que sua ação esteja referida a valores aos quais dedica toda sua vida, que concernem apenas sua própria individualidade. Ora, trata-se aqui da ética da convicção. Mas o que nos importa é que o autor reitera o argumento de que julgar a validade de qualquer um desses valores, concebidos como valores últimos e portanto gerais, é sempre questão de fé, não de ciência. Quanto a isso, Weber oferece nova justificativa [J2] para esse limite da ciência:

Para essa distinção (entre ciência e especulação), não desempenha papel decisivo – como frequentemente se afirma – o fato empiricamente constatável de que os fins últimos são historicamente variáveis e contestáveis. Isso porque mesmo o conhecimento dos princípios mais seguros de nosso saber teórico é antes de tudo produto da cultura, assim como o são a sensibilidade e o refinamento da consciência. Somente quando refletimos de maneira específica sobre problemas práticos da política econômica e social, torna-se claro como são numerosos, ou melhor, como são inumeráveis as questões particulares de caráter prático, com relação à qual se move a discussão acerca de certos assuntos assumidos como evidentes por si próprios [...] e que sobre esses fins se discute, ao menos aparentemente, apenas com referência aos meios mais adequados para realizá-los. [...] Em todo caso, uma coisa é possível afirmar, que quanto mais “geral” é o problema do qual se trata, equivale a dizer que quanto mais extenso é seu significado cultural, tanto menos este pode encontrar uma resposta univocamente determinada com base no material do saber empírico, e consequentemente, tanto maior é a importância dos axiomas últimos, tão pessoais, da fé e das ideias de valor (*idem*, 63).

Portanto, ao analisar esse trecho, encontramos uma justificativa de caráter lógico para a impossibilidade de enunciar juízos de valor sobre “fins últimos”, isto é, valores com pretensões universalizantes. Trocando em miúdos, o que Weber argumenta é que a ciência lida sempre com o plano dos fatos, em que o material, isto é, os valores, que se apresentam ao pesquisador, são muito numerosos e absolutamente heterogêneos, e seria um erro lógico querer deduzir um valor geral a partir de casos particulares.

Assim, a impossibilidade de enunciar juízos definitivos sobre quaisquer fins últimos não ocorre porque a história demonstra que tais fins são sempre variáveis, mas porque a ciência só pode pronunciar-se acerca dos fatos, e nos fatos que observa nada pode afirmar sobre a validade de valores últimos. Como afirma o autor, muitas vezes se discute questões práticas como se o fim a que elas correspondem fosse absolutamente claro e consensualmente desejável, como se fossem indiscutivelmente conectadas a um ideal da razão; mas examinando de perto, cada fim, cada aspecto prático, penetra em um âmbito valorativo distinto, de modo que dificulta a tarefa de julgar a coerência da conduta de um homem com um princípio valorativo geral. Por isso mesmo, uma ciência não poderia ter a pretensão de encontrar um denominador comum a partir das diversas questões práticas que se apresentam, pois qualquer esforço nesse sentido seria desprovido de validade empírica e teria sempre o estatuto de um juízo de valor. Enfim, é com base nessas justificativas que o autor pros-

segue a argumentação da primeira parte do artigo, reiterando numerosas vezes que essa abstenção de juízos de valor é condição *sine qua non* para garantir a objetividade do conhecimento científico.

Na segunda parte do artigo, o problema da valoração não é mais o tema central, e dá lugar àquele do procedimento metodológico que deve garantir a objetividade do conhecimento produzido no âmbito das Ciências Sociais, respondendo à seguinte questão: se o objeto das Ciências Sociais são os valores, mas a elas não é dado enunciar juízos de valor, de que modo é possível lidar com os valores de forma objetiva? Bem, é para responder a tal questão que Weber introduz a discussão sobre o método compreensivo e a elaboração e utilização de tipos-ideais. Contudo, em um certo momento dessa segunda parte, o tema da neutralidade axiológica reaparece, no contexto da discussão dos limites do significado do tipo ideal, entendido como a elaboração de uma “ideia” acerca da realidade. Examinemos isso mais de perto.

No parágrafo 49, o sociólogo discute o caráter lógico de um tipo ideal, enquanto uma “ideia” que se formula a partir da consideração de traços gerais que caracterizam um certo fato ou movimento histórico. Como exemplos, menciona o cristianismo, o calvinismo, enquanto um tipo particular de cristianismo, o liberalismo, o materialismo-histórico, etc. Todos esses termos, enquanto tipos ideais, referem-se a uma ideia que temos a respeito desses movimentos, ideias que sintetizam os princípios que os caracterizam e, quanto mais amplo seu significado cultural, seu impacto sobre o curso histórico e maior sua duração, tanto mais difícil é a tarefa da elaboração de um tipo ideal. Porém, recorda a todo momento que qualquer tentativa de estabelecer uma correspondência plena com a realidade empírica condenaria tal esforço de elaboração conceitual ao fracasso; ao contrário, se garantida sua função exclusivamente heurística, o tipo ideal permaneceria um instrumento indispensável da pesquisa, como meio de comparação e mesmo de mensuração da realidade. Para Weber, é somente nesse sentido que se deve conceber o caráter “ideal” desse instrumento, isto é, como uma abstração lógica da realidade, que consiste na proposição de uma “essência” do fenômeno com a finalidade de exprimí-lo, de estudá-lo, de compreendê-lo.

Contudo, adverte o autor, era frequente que essa elaboração do tipo ideal ultrapassasse o limite do plano lógico-conceitual e adquirisse um caráter normativo, quando a proposição de certa essência do fenômeno pretendia ser a expressão daquilo que o próprio pesquisador defendia ser o elemento realmente importante, de forma que a elaboração de um tipo ideal perderia seu caráter teórico e se tornaria um guia para a ação. Essa seria, portanto, uma atitude valorativa, contrária ao postulado de neutralidade axiológica. Mas, afinal, qual a justificativa de Weber para, mais uma vez, defender a necessidade de neutralidade por parte do pesquisador? Como podemos constatar no trecho transscrito a seguir, o argumento fundamental concerne ao fato de que, ao preocupar-se em definir o que um fenômeno deve ser, o pesquisador torna estéril um dos mais importantes instrumentos da explicação causal, e nada acrescenta, em termos de conhecimento sobre a realidade observada. Enfim, o autor afirma o seguinte, referindo-se ao caso de uma elaboração idealizada do Cristianismo:

Nessa acepção as ‘ideias’, naturalmente, não são mais puros instrumentos lógicos, não são mais conceitos com base nos quais a realidade é mensurada comparativamente, mas ideais com base nos quais ela é julgada valorativamente. Não mais se trata do puro processo teórico de referir a valores aquilo que é empírico, mas de juízos de valor que vêm implicados no conceito de Cristianismo. Posto que aqui o tipo ideal pretende uma validade empírica, ele adentra na região de interpretação valorativa do Cristianismo; o terreno

da ciência empírica é abandonado, e diante de nós está uma declaração pessoal, não uma elaboração conceitual de caráter típico-ideal [...]. Diante disso é todavia um dever elementar do autocontrole científico, e o único meio para prevenir enganos, distinguir com precisão a relação lógico-comparativa da realidade com tipos ideais no sentido lógica, da valoração da realidade com base em ideais (*idem*, p. 118-119).

Dito de maneira bem simples, o que Weber afirma nessa última justificativa [J3] do texto “A objetividade do conhecimento”, é que o cientista social não pode fazer do tipo ideal a expressão de um dever ser pela simples razão de que, se o fizer, abre mão da atividade que o caracteriza como cientista, qual seja, a de tentar compreender e explicar a realidade. Nesse contexto, a relação entre juízo de fato e juízo de valor é simples assim: quando existe um, o outro desaparece.

III.2. Segundo texto: “Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura – em polêmica com Eduard Meyer”

Nesse artigo, o objetivo de Weber é levantar de maneira mais detida alguns problemas lógicos que concernem às ciências da cultura, e tem como eixo central a crítica à ideia de que as pesquisas de natureza “histórica” são qualitativamente distintas do trabalho propriamente científico. Como sugere o próprio título, seu principal interlocutor é Eduard Meyer, e seu debate é voltado sobretudo contra boa parte dos argumentos desse autor, tal qual enunciados especialmente no livro *Zur Theorie und Methodik der Geschichte*, publicado originalmente no ano de 1902. Como veremos, a discussão sobre o tema da neutralidade axiológica e, sobretudo, as justificativas para isso, não aparecem aqui de maneira muito frequente, nem são o tema central da discussão; não obstante, seguindo os passos de Weber, vez por outra deparamo-nos com essas questões, que devem ser apreendidas no contexto mais geral do debate empreendido.

Na primeira parte do texto, que se estende até o parágrafo 18, o autor apresenta uma série de considerações negativas em relação às formulações metodológicas de Meyer, que correspondem à primeira parte do livro desse autor. Na segunda parte do texto weberiano, são consideradas a segunda e a terceira parte do livro de Meyer, cujas reflexões visam discutir em que consiste propriamente o objeto da História. Comecemos, pois, por tecer algumas considerações acerca da perspectiva de Weber com relação aos princípios metodológicos de Meyer, procurando identificar em que momento aparece o tema da neutralidade axiológica.

Um primeiro argumento crítico importante é que, segundo Weber, Meyer tende constantemente a confundir considerações éticas e considerações causais do agir humano, o que significa uma confusão entre valoração, de um lado, e explicação, de outro, anulando, assim, os limites entre a Ética e a Ciência Histórica. Isso ocorreria porque, de acordo com a teoria de Meyer, as categorias próprias da análise histórica seriam aquelas de acaso” e de “livre querer”. A primeira categoria seria problemática porque excluiria a possibilidade de explicação causal, no sentido defendido por Weber, enquanto a segunda seria responsável por fazer com que a concepção de investigação histórica sustentada por Meyer adentrasse o terreno da Filosofia, abandonando o caminho da ciência.

De acordo com Weber, quando Meyer defende a liberdade da vontade, a ênfase de sua teoria recai sobre o indivíduo e o autor acaba adotando como premissa da História um pressuposto de validade que é próprio da Filosofia

⁶ Além disso, o sociólogo aponta como outro problema a própria concepção de liberdade da vontade, entendida como equivalente ou resultado da irracionalidade do agir (*Handlins*), no sentido de uma não “calculabilidade”; ora, para Weber, devem ser entendidas como livres aquelas ações realizadas racionalmente, sem qualquer tipo de coerção física ou psíquica, e nas quais se pode apreender um fim consciente

⁷ Considerações éticas e considerações causais.

Moral, ao passo que esta defende o antideterminismo de toda ação humana⁶. Nesse contexto mais geral, tendo sob foco a crítica à ideia de que a liberdade da vontade é um elemento *sine qua non* para caracterizar um dado da realidade como pertencente ao domínio histórico, o autor escreveu o seguinte:

A análise causal não nos fornece absolutamente qualquer juízo de valor, e um juízo de valor não é absolutamente uma explicação causal. E justamente por isso a valoração de um processo – por exemplo, sobre a ‘beleza’ de um processo natural – move-se em uma esfera diversa daquela de sua explicação causal; e portanto também a referência à ‘responsabilidade’ de quem age historicamente no confronto com sua própria consciência, ou diante do tribunal de qualquer deus ou homem, bem como qualquer inserção do problema filosófico da ‘liberdade’ no procedimento da história, eliminaria seu caráter de ciência empírica, da mesma forma que a inserção de milagres em uma série de explicação causal. [...] Quão desastrosa metodologicamente pode ser essa mistura de diversas formas de consideração⁷, evidencia-se imediatamente à luz daquilo que Meyer sustenta quando afirma que ‘com isso’ – quer dizer, com o princípio empírico da liberdade e da responsabilidade – se encontraria no devir histórico um ‘momento puramente individual’, o qual não se deixa ‘jamais reduzir a uma fórmula’ sem ‘anular a sua essência’, e busca, posteriormente, ilustrar tal afirmação através do eminentemente significado histórico (causal) da decisão voluntária das personalidades individuais. Esse velho erro é tão perigoso do ponto de vista da conservação do caráter lógico da história, na medida em que transfere para o campo da pesquisa histórica problemas de campos de pesquisa que são muito diferentes, e suscita a ilusão de que o pressuposto da validade do método histórico seja uma determinada convicção histórica (antideterminista) (Weber 1981b, p. 225).

Portanto, aqui nos deparamos com uma justificativa [J4] fundamentalmente lógica, enquanto destaca a incompatibilidade de registros, em que juízos éticos, necessariamente normativos, são propostos como condição de fundamentação da pesquisa histórica, ao passo que este último domínio deveria pautar-se por critérios metodológicos, inerentes ao domínio da autorreflexão científica. De acordo com Weber, a referência a questões envolvendo o tema da liberdade ou mesmo da responsabilidade como algo necessário para caracterizar um objeto como histórico imprimiria um matiz valorativo à própria pesquisa histórica, invalidando seu estatuto de disciplina empírica, o que faz que tal justificativa seja também metodológica.

O tema envolvendo a valoração no âmbito da pesquisa histórica reaparece na segunda parte do texto, quando da discussão sobre os limites de uma “interpretação de valor” (*Wertdeutung*), tal qual proposta por Meyer, mas que é entendida por Weber como empreendimento intelectual distinto da interpretação de sentido (*Sinndeutung*), característica da pesquisa histórica. O que há em comum entre essas duas formas de interpretação é que, tanto em um caso como no outro, deveriam ser evitados a todo custo os juízos de valor, que jamais deveriam ser confundidos com a idéia rickertiana de relação a valor.

A relação a valor é aceita no domínio metodológico por tratar-se de um procedimento necessário para a apreensão de um objeto histórico. O problema do juízo de valor é que ele não é, como a relação a valor, a subsunção de um evento concreto a um conceito geral, como os conceitos de “religião”, “capitalismo”, “ética protestante”, mas significa o julgamento, a valoração da realidade. Na altura do parágrafo 33, encontramos mais uma justificativa [J5] para a neutralidade axiológica, entendida nesse contexto como a necessária disposição de abster-se de enunciar juízos de valor; portanto, tal justificativa está centrada na própria concepção de juízo de valor, que deveria ser afastado do empreendimento científico. Vejamos o que Weber argumenta a respeito:

Um ‘juízo de valor’ significa que eu ‘tomo posição’ de forma concreta e determinada diante do objeto, considerado em sua fisionomia concreta; e são as fontes subjetivas dessa minha tomada de posição, dos meus ‘pontos de vista valorativos’ que decidem por determinado fim, não devem ser buscados em um conceito abstrato⁸, mas sim em um ‘sentir’ e

⁸ A referência a um conceito abstrato é o que caracteriza o princípio metodológico de “relação a valor”.

em um ‘querer’ concretos, individualmente configurados e constituídos, ou mesmo, em certas circunstâncias, na consciência de um ‘dever ser’ determinado e de novo concretamente configurado (*idem*, p. 184).

Nesse contexto, encontramos uma justificativa de natureza ontológica, cujas consequências são metodológicas. A parte “ontológica” refere-se à própria concepção de Weber de que os juízos de valor são sempre enunciados subjetivos, o que pode parecer evidente nos tempos de hoje mas, é preciso lembrar, no tempo de Weber isso ainda era discutido no âmbito de certa herança metafísica, mais especificamente, kantiana, de modo que os juízos de valor, pelos motivos expostos por Kant em sua “Crítica da Razão Prática”, deveriam ter validade objetiva, na medida em que fossem referidos aos ideais da Razão. Porém, uma vez que Weber recusa-se a aceitar tais premissas e argumenta que a fonte de todo juízo de valor é sempre subjetiva, enquanto diz respeito a convicções pessoais, particulares, o enunciado desse tipo de valor, o que equivale a dizer, a atitude de avaliar a realidade, constituiria um problema para a Ciência Social, configurando-se em um obstáculo às suas pretensões de objetividade.

III.3. Terceiro texto: “O significado da ‘neutralidade axiológica’ das ciências sociológicas e econômicas”

O tema da neutralidade axiológica é o problema central deste artigo, e propriamente por isso encontramos, no terceiro texto, a maior quantidade e a maior variedade de justificativas. De modo geral, para os fins que nos interessam, o texto pode ser dividido em duas partes fundamentais, sendo que a primeira concerne às justificativas para a neutralidade no contexto da sala de aula, ou seja, por parte do docente, e a segunda parte refere-se ao mesmo problema no âmbito da prática científica propriamente dita.

Logo no início do artigo, Weber precisa que no presente contexto o termo “valoração” (*Wertungen*) será utilizado enquanto “valoração prática” de um fenômeno, entendido como algo influenciável por nossa ação, e que pode ser passível de aprovação ou de reprovação⁹. A partir disso, a primeira questão levantada tratou da possibilidade de um docente, em sala de aula, defender as próprias valorações práticas, sejam estas baseadas em premissas éticas, sejam culturais. O autor reconhece a dificuldade em lidar com esse tipo de questionamento, em si mesmo muito polêmico, justamente pelo fato de a tomada de uma posição contrária ou favorável a tal prática dependeria, ela própria, de uma valoração. Não só. Reconhece inclusive que, para um intelectual, deixar de fora todas as suas convicções no momento em que adentra em uma sala de aula seria um esforço hercúleo, com pouca probabilidade de sucesso.

Portanto, o sociólogo sugere uma estratégia que, a seus olhos, parece a mais coerente com a intenção de não fazer da cátedra um palanque político ou púlpito de uma igreja: ao falar para seus alunos, um professor deveria ter sempre o cuidado de explicitar quais de seus argumentos são puramente lógicos ou empíricos e aqueles que têm caráter valorativo. Mas, afinal, com base em qual argumento Weber pretendia justificar esse esforço de neutralidade, se durante tanto tempo defender os próprios ideais foi considerada a atitude mais correta? Ora, a justificativa está, propriamente, nas transformações históricas cujos ecos ressoavam – ou deveriam ressoar – também no ambiente acadêmico. Se nas últimas décadas do século XIX era comum a ideia de que havia apenas uma posição eticamente justa e que era essa que o intelectual deveria assumir, esse não era mais o caso das justificativas para tomada de posição à época em

⁹ Quanto a isso, é importante notar que, desde Aristóteles, o termo “prático” refere-se ao campo da Ética, pois caracteriza os objetos cuja existência depende de nossa ação e de nossa vontade, em oposição aos objetos considerados “naturais”, que independem de nós para existir, e com os quais só podemos ter uma relação de conhecimento. Portanto, quando Weber fala de neutralidade axiológica (*Wertfreiheit*), ele postula que a ciência deve dirigir-se mesmo aos valores com uma atitude meramente cognoscitiva, abrindo mão das pretensões valorativas em sentido prático, o que implica abrir mão de julgar a realidade com base em premissas axiológicas e, inclusive, de propor transformações mediante essas mesmas premissas. Note-se que esse esclarecimento prestado logo no início do texto foi considerado importante para o autor

justamente para evitar as frequentes confusões entre a categoria lógico-metodológica de “relação a valor”, pertinente ao domínio da ciência, e a categoria normativa de “juízo de valor”, pertinente ao domínio da ética e, portanto, estranha ao domínio da ciência.

que Weber escreveu esse texto. A justificativa [J6] coloca-se, pois, nos seguintes termos:

A legitimidade das valorações da cátedra não é mais sustentada em nome de uma aspiração ética, cujos postulados de justiça (relativamente) simples em parte se configuravam e, em parte pareciam ser, seja no modo de se justificar, seja em suas consequências, (relativamente) simples e sobretudo (relativamente) impessoais, na medida em que eram evidentemente supra-pessoais. Em vez disso, essa legitimidade agora é sustentada (como efeito de um desenvolvimento inevitável) em nome de uma enorme variedade de ‘valorações culturais’, na verdade: reivindicações subjetivas a uma cultura – o, em termos mais claros, ao suposto ‘direito de personalidade’ do professor (Weber 1981c, p. 314).

De forma geral, encontramos aqui uma justificativa de natureza histórica, isso é, que recorre às transformações históricas para defender a completa impossibilidade de fazer do exercício da docência uma profissão de fé. Para Weber, esse tipo de atitude transforma o professor em profeta e, o que é pior, em um profeta pago pelo estado e que se pronuncia em nome da ciência, procurando, com isso, imprimir ares de “objetividade” a argumentos cuja validade é inteiramente subjetiva. Além disso, Weber apresenta uma justificativa [J7] de caráter ético, que será reiterada novamente em sua conferência sobre “A Ciência como Vocaçao”, e que se refere ao fato de que a atitude “profética” em uma cátedra é particularmente reprovável em função da posição hierárquica ocupada pelo docente em relação a seus ouvintes:

Acima de tudo, o docente não pode abusar da situação de constrangimento existente para o estudante – o qual deve, para progredir na vida, recorrer a determinadas instituições acadêmicas e, portanto aos respectivos docentes – para incitá-los a agir de acordo com suas próprias convicções, que é enunciada sem ser submetida a críticas e contestações (*idem*, p. 317).

Portanto, nesses termos Weber justifica a necessidade de neutralidade na sala de aula e recomenda àqueles que desejarem divulgar suas visões de mundo, que procurem outras instâncias para isso, instâncias nas quais suas opiniões possam ser submetidas à crítica e ao debate público. Vejamos agora como aparecem as justificativas para a neutralidade axiológica no domínio da práxis científica que, segundo o próprio autor, deve ser tratada de maneira diferente, “com a discussão puramente lógica das funções que as valorações desempenham nas disciplinas empíricas, como por exemplo a Sociologia e a Economia” (*idem*, p. 321).

Quando dirige o foco de sua argumentação para o problema da valoração no âmbito das Ciências Sociais, enfatiza inicialmente a grande diferença com relação a uma abordagem propriamente filosófica dos valores. Ética (Filosofia Moral, ou Filosofia dos Valores) e Sociologia (Ciência dos Valores) têm em comum o fato de que ambas referem-se a valores, mas o que estabelece um claro limite entre ambas é justamente o modo com que cada uma lida com tal questão. Percebe-se, então, que a necessidade de abster-se de valorações práticas é condição da própria existência de uma Ciência dos Valores, enquanto relega as pretensões normativas ao domínio filosófico, em favor de pretensões essencialmente explicativas. Portanto, temos a seguir a formulação de uma justificativa [J8] para a neutralidade no campo da ciência que se baseia em premissas fundamentalmente metodológicas, e até mesmo epistemológicas, se por essa expressão entendermos as condições de validade de uma disciplina:

Não discutimos aqui em que medida as valorações práticas, particularmente aquelas éticas, podem aspirar a alguma dignidade normativa [...]. Esses são problemas da Filosofia dos Valores, não da metodologia das ciências empíricas. Aquilo que concerne a essas últimas é apenas que, de um lado, a validade de um imperativo prático, enquanto norma e, por outro, a verdade de uma constatação empírica, residem em setores diferentes do

problema e que se compromete a dignidade específica de cada um desses registros quando se esquece disso, tentando unificar as duas esferas (*idem*, p. 325).

Assim, o sociólogo prepara o terreno para as proposições ulteriores, dando continuidade à “cruzada antivaloração” nas Ciências Sociais, livrando-as de resquícios metafísicos ainda muito presentes na perspectiva de diversos autores, dentre eles Schmoller, que, embora muito respeitado por Weber, não foi poupadão de críticas. Para os fins que nos interessam, é central a diatribe envolvendo a proposta de Schmoller de que uma ética formal seria a única passível de ser reconhecida e aceita pela ciência.

Para falsificar tal proposição, Weber mergulha profundamente na crítica às premissas implicadas em tal proposição, construindo uma série de argumentos que visam atingir a raiz da própria filosofia prática de Kant, e esse confronto é logo anunculado quando escreve que “é um grave equívoco afirmar que as proposições ‘formais’, como aquelas da ética kantiana, não contenham implicações de conteúdo” (*idem*, p. 328). Assim, o sociólogo aponta uma série de limites da ética formal, para justificar que nem mesmo esse tipo de ética pode ser aceita como cientificamente válida, ou seja, não pode ser conciliada com as pretensões objetivas da ciências pois, inescapavelmente, acaba por exprimir pontos de vista, valores.

Um dos momentos cruciais desse empreendimento weberiano é a crítica aos próprios axiomas propostos por Kant em sua *Crítica da Razão Prática*, considerados formais, mas que, segundo Weber, teriam inúmeras implicações substantivas para a valoração do agir. Como sabemos, Kant enuncia como uma das formulações do imperativo categórico “não usar outro ser humano como meio, mas referir-se a ele somente como fim”. Quanto a isso, Weber refere-se ao exemplo dado por Kant, quando este menciona a relação sexual como uma relação em que um torna-se meio de prazer para o outro, e toma o outro como meio para seu próprio prazer. Assim, a relação sexual seria uma ação moralmente incorreta, enquanto não está de acordo com o imperativo categórico. Com isso, tem-se dois problemas. O primeiro é que a formulação pretensamente formal do imperativo categórico tem consequências substantivas para a avaliação da ação, isso é, tem como consequência a condenação do ato sexual. O segundo é que isso torna evidente que os princípios da ética não podem ser válidos na esfera erótica. Ora, para o sociólogo, a esfera erótica é uma esfera autônoma com relação à esfera ética, portanto, julgar com critérios éticos a relação sexual seria um erro lógico. Ao demonstrar que Kant equivoca-se inclusive por pretender legislar eticamente sobre uma esfera estranha à ética, Weber consegue apresentar mais uma justificativa [J9] para refutar o argumento de Schmoller, que sustentava que os partidários da neutralidade axiológica poderiam reconhecer como verdadeiras apenas as éticas formais. Tal como nas justificativas anteriores, cabe também agora trazer o trecho em que Weber fornece argumentos em favor da neutralidade, que nesse caso implica, inclusive, a abstenção de juízos éticos formais:

De fato, aquelas esferas de valores, que permitem ou prescrevem a consideração do outro ‘somente como meio’, são heterogêneas com relação à ética. A presente análise não pode prosseguir ulteriormente: de qualquer forma, parece evidente que o caráter ‘formal’ daquela proposição ética tão abstrata, também não permanece indiferente ao conteúdo do agir. Mas o problema torna-se ainda mais complicado. Aquele predicado negativo, expresso com as palavras ‘somente uma paixão’, pode, a partir de um determinado ponto de vista, ser considerado como uma degradação daquilo que existe de mais puro e mais próprio na vida, da via genuína, ou ao menos mais básica para escapar dos mecanismos ‘de valor’ impersonais e supra-pessoais, e portanto, hostis à vida, para escapar das correntes que nos prendem à rocha sem vida da existência quotidiana. [...] Qualquer que seja

nossa tomada de posição diante de tal pretensão, em todo caso ela não pode ser demonstrada ou refutada com os meios de nenhuma ‘ciência’ (*idem*, p. 333).

Como podemos constatar, a justificativa weberiana para a neutralidade axiológica é a um só tempo muito sutil e muito profunda. É sutil porque não nega a existência de valores e tampouco defende uma posição relativista, nos moldes da escola histórica¹⁰; é profunda, porque atinge as bases da Filosofia Moral, cujo empreendimento sempre foi o de encontrar os verdadeiros” valores que deveriam nortear a ação humana. Enfim, Weber limita-se a dizer que não cabe à ciência defender os valores da esfera ética em detrimento daqueles da esfera erótica, e vice-versa, pois, se formulássemos argumentações empíricas a favor de um ou de outro, o único ponto a que se chegaria é o de um “reconhecimento de um politeísmo absoluto como a única forma de metafísica” (*idem*, p. 332).

No decorrer do texto, o autor volta a mencionar a tese dos valores em luta, em cujo ringue comparecem não apenas valores de uma mesma esfera, mas esferas diferentes. Nesse caso, reconhecer o politeísmo significa não escolher um deus em detrimento dos demais. Se essa é um escolha válida e até mesmo necessária no plano da ação, porque o homem sempre age movido pelos deuses ou demônios que escolhe, o mesmo não pode acontecer na esfera da ciência, que chama para si propriamente a tarefa de revelar a heterogeneidade dos valores e de argumentar sobre as consequências práticas da adesão a um ou outro valor. Como desdobramento dessa discussão, logo em seguida o sociólogo oferece-nos mais uma justificativa [J10] de caráter fundamentalmente histórico, na medida em que sustenta que a necessidade da neutralidade é uma consequência necessária do desenvolvimento humano, a qual propiciou o advento da ciência, inclusive de uma ciência voltada para o domínio das relações humanas:

O fruto da árvore do conhecimento, fruto inevitável, mesmo se maculado pela comodidade humana, não consiste em outra coisa senão em dever reconhecer tal antítese entre os valores e em dever reconhecer, portanto, que cada ação singular, e mesmo a vida como um todo – se essa não deve ocorrer como um evento natural, mas ser conduzida de maneira consciente – representa uma concatenação de decisões últimas, mediante as quais a alma (como para Platão) escolhe seu próprio destino – e esse é o sentido de sua ação e de seu ser (*idem*, p. 332).

Nessa inspirada asserção, Weber revela qual é a “verdade” da ciência, e deixa-nos entrever qual a sua própria concepção sobre a essência dos valores e mesmo sobre o sentido da vida. Portanto, essa concepção pode ser entendida como a premissa de todas as demais justificativas para a neutralidade axiológica por parte da ciência e, por isso mesmo, podemos classificá-la não apenas como justificativa com referência à história, mas sobretudo como uma justificativa ontológica.

Avançando um pouco mais na leitura do texto, na altura do parágrafo 28, o autor introduz um novo problema, que se refere à ideia corrente de que seria uma tarefa das Ciências Sociais indicar quais as “tendências de desenvolvimento”, o que poderia ser um guia muito útil para a ação. Na opinião de Weber, o próprio conceito de “desenvolvimento” é problemático, pois em geral implica uma adjetivação normativa dos fenômenos: dizer que tal ou qual coisa é um “desenvolvimento” pode muitas vezes soar como uma valoração positiva de um fato em detrimento de outros. Também nesse contexto ele reitera a afirmação de que, no que se refere às “tendências de desenvolvimento”, a ciência pode apenas pronunciar-se sobre os meios para realizar um fim proposto a partir de um determinado posicionamento prático, mas nada pode dizer sobre

¹⁰ Weber faz questão de ressaltar que esta sua posição não pode ser entendida como relativista, o que é um elemento importante inclusive para situá-lo no debate daquele momento. No âmbito do historicismo alemão, os partidários do relativismo sustentavam uma vinculação necessária entre os valores e os momentos singulares do curso histórico, sendo que os primeiros seriam fruto deste; portanto, os valores seriam considerados como válidos e verdadeiros para o período histórico em que foram gerados. A consequência desse tipo de argumento seria a de que cada momento histórico só poderia ter *aqueles* valores, e tais valores não poderiam valer em outro momento. Essa relação necessária eliminaria a possibilidade de liberdade da escolha humana. Essa tese foi defendida, dentre outros, por Spengler, no mesmo período em que Weber redigiu o texto em questão.

qual deveria ser tal posicionamento. No parágrafo 30, o autor fornece-nos indicações sobre os motivos pelos quais a ciência deve-se abster de julgar os valores que movem os homens nas diversas situações:

Para ater-me ao exemplo do sindicalista, afirmo que não há sentido lógico querer confrontar com finalidade “crítica” um comportamento que – se coerente – deve ter como regra unicamente o seu “valor de intenção”, com o seu “valor de sucesso”. [...] De resto, se ele é coerente, o seu reino, como o reino de toda ética da intenção, não é deste mundo. “Cientificamente” pode-se apenas constatar que esse modo de conceber os próprios ideais é o único internamente justificado, e não é refutável mediante fatos externos. [...] Se alguém deve ou não ser um sindicalista, isso não pode jamais ser sustentado sem recorrer a premissas metafísicas bem determinadas, as quais não são passíveis de demonstração, e nesse caso não são demonstráveis por uma ciência, qualquer que seja (*idem*, p. 341).

Após essa justificativa [J11] de caráter ontológico, que implica a tese da não demonstrabilidade factual de qual o “melhor valor” e do “dever ser” (*sollen*), o autor prossegue com o tema do posicionamento da ciência diante de questões sobre o desenvolvimento, enfatizando os limites da avaliação científica sobre as transformações na natureza psíquica do homem. De certo modo, na exposição desses limites é possível encontrar mais uma justificativa [J12] para a neutralidade, fundamentada sobre a impossibilidade de apreender se as transformações *poderão* ser consideradas um valor pelos homens de uma certa cultura e de julgar se *devem* ser consideradas como um valor; trata-se, ainda, de uma justificativa de fundo ontológico e também epistemológico, na medida em que supõe uma certa concepção quanto aos limites explicativos e mesmo preditivos da ciência. Vejamos o que nos diz o autor:

Designar uma crescente diferenciação (psíquica) como ‘progresso’ é por si mesma uma questão de oportunidade terminológica. Mas, que essa diferenciação deva ser valorizada como ‘progresso’ no sentido de uma crescente ‘riqueza interior’, não pode ser decidido por uma disciplina empírica. Isso porque essas disciplinas não têm competência para estabelecer se as novas possibilidades de sentimento que vêm se desenvolvendo, ou que se manifestam à consciência com as novas ‘tensões’ e os novos ‘problemas’ que comportam devem ser reconhecidos como valores (*idem*, p. 346).

Finalmente, podemos, caminhar para o final do texto, quando Weber apresenta uma última e definitiva justificativa [J13] para o exercício da neutralidade. Trata-se de uma justificativa bastante explícita, quase uma exortação, baseada sobre as consequências metodológicas que a valoração pode trazer, comprometendo o próprio trabalho científico. Como é possível constatar, a tese da neutralidade não é defendida por Weber apenas por uma questão de princípio, por uma certa exigência teórica, mas também porque após tantos anos no exercício de pesquisa e de docência, o sociólogo acumulou experiência suficiente para conhecer os problemas reais envolvidos na tentação de fazer do trabalho investigativo uma profissão de fé, portanto, é com a autoridade de um “mestre de ofício” que afirma o seguinte:

Uma análise atenta dos trabalhos históricos mostra com facilidade que o esforço em seguir uma concatenação causal, histórico-empírica, é quase sempre interrompido, com danos para os resultados científicos, no momento em que o historiador começa a ‘julgar valorativamente’. Ele então cai na tentação de, por exemplo, explicar como consequência de uma falha aquilo que talvez fosse o efeito de ideais diferentes dos seus e peca diante de sua verdadeira tarefa – aquela de ‘compreender’ (*idem*, p. 352).

III.4. Quarto texto: “A ciência como vocação”

O quarto e último texto aqui analisado possui uma característica um pouco diferente dos demais. Segundo Wolfgang Schluchter, um dos mais renomados intérpretes de Weber, ele “não deveria ser incluído junto aos demais textos da

Wissenschaftslehre, porque não é tanto um texto de análise da metodológica ou epistemológica, mas algo redigido com o propósito de levar os ouvintes (e, mais tarde, os leitores) a reconhecer fatos e encorajar a autorreflexão, conquista-los para os esforços responsáveis de uma causa realista” (Schluchter 2010, p. 10). Em “A Ciência Como Vocação”, Max Weber problematiza as condições do exercício da atividade científica, do ponto de vista externo, isto é, das demais condições sociais que influenciam essa atividade, e também do ponto de vista interno, que abrange questões relativas à autocompreensão dessa atividade enquanto tal e das premissas lógicas para sua existência. O tema da neutralidade axiológica, e as respectivas justificativas para isso, aparecem no contexto da discussão das condições internas da ciência, que corresponde à segunda parte do texto, objeto da análise que se segue.

É possível afirmar, inicialmente, que, nesse texto, preparado para uma conferência, o tema da neutralidade axiológica tem lugar nas reflexões acerca dos limites e das possibilidades da ciência, e tal atitude é apresentada como uma certa limitação dessa vocação, o que poderia, segundo certas visões existentes à época, levar ao questionamento sobre a própria validade do exercício da docência e da atividade de pesquisa, os dois atributos de quem deseja seguir uma carreira científica. O primeiro elemento a ser observado, para entender a lógica seguida pelo autor na construção de suas proposições, é que ele parte do reconhecimento de uma mudança profunda na própria compreensão do que é a ciência, de seu papel e de suas pretensões. É preciso reconhecer, segundo Weber, que o significado contemporâneo já não é o mesmo da Grécia clássica, quando a ciência ainda estava encerrada nos limites da Filosofia. Com o intuito de preparar o terreno para dar curso a sua argumentação, Weber (1999, p. 32) pergunta “Qual o significado da ciência no contexto da vida humana e qual o seu valor?” e à qual responde, “Ora, a esse respeito, enorme é o contraste entre o passado e o presente”.

Referindo-se à célebre “Alegoria da Caverna” escrita por Platão, Weber escreve que o papel atribuído à ciência pelos antigos era o de trazer para a luz aqueles só viam sombras. O homem que vê a luz e desempenha esse papel de, digamos, utilizando uma expressão moderna, “*Aufklärer*”, é o filósofo, que então confundia-se com a figura do cientista. Weber afirma textualmente que “ele [o prisioneiro que rompe as correntes] é o filósofo, e o sol representa a verdade da ciência, cujo objetivo é o de conhecer não as aparências e as sombras, mas também o ser verdadeiro. Quem continua, entretanto, a adotar essa mesma atitude diante da ciência?” (*idem*, p. 34).

É nesse tom de ceticismo, que a muitos poderia parecer como um “balde de água fria”, que o sociólogo alemão introduz o tema da neutralidade, refazendo todo o percurso da ciência, desde a antiguidade, passando pelo renascimento, quando surge o método experimental, até chegar ao pessimismo niilista de Nietzsche, que sustenta a inexistência de uma conexão necessária entre progresso da ciência e aumento da felicidade:

aliás, felizes eram os gregos antes mesmo do advento da Filosofia! Enfim, são todas essas transformações no sentido atribuído à ciência, até chegar o momento em que é considerada inapta para criar sentido, que permitem a Weber enunciar uma primeira justificativa [J14] para a neutralidade axiológica: “Qual é, afinal, nesses termos, o sentido da ciência enquanto vocação, se estão destruídas todas as ilusões que nela divisavam o caminho para o ‘ser verdadeiro’, à ‘verdadeira arte’, à ‘verdadeira natureza’, ao ‘verdadeiro Deus’, à ‘verdadeira felicidade’? Tolstói dá a essa pergunta a mais simples das respostas, dizendo: ela não tem sentido, pois não possibilita responder à indagação que realmente nos importa – ‘Que devemos fazer? Como devemos viver?’”. De fato, é incontestável que resposta a essas questão não nos é acessível pela ciência (*idem*, p. 35-36).

Como podemos classificar tal justificativa? Trata-se de uma justificativa epistemológica, enquanto baseada sobre uma concepção primeira sobre os limites do conhecimento científico, que levam Weber a reiterar a ideia de que à ciência não é permitido pronunciar-se sobre o “dever ser” (*sollen*), justamente porque o tipo de conhecimento que lhe é acessível, o conhecimento empírico, não oferece nenhuma pista sobre o bem verdadeiro, sobre o único modo possível e desejável de viver. Ainda nesse mesmo contexto, Weber reformula essa justificativa [J15], sustentando que a ciência, não só as Ciências Sociais, mas qualquer ciência, só pode dar respostas de caráter técnico, sem avançar sobre problemas de sentido:

Todas as ciências da natureza nos dão uma resposta à seguinte questão: que devemos fazer se quisermos ser tecnicamente senhores da vida. Quanto a indagações como ‘isso tem, no fundo, algum sentido’, ‘devemos e queremos ser tecnicamente senhores da vida’, aquelas ciências nos deixam em suspenso ou aceitam pressupostos, em função do fim que perseguem (*idem*, p. 37).

Encerrado esse momento de considerações sobre a ciência em geral, Weber passa a pontuar problemas mais específicos, começando por discutir o problema da neutralidade no exercício da docência. Como podemos perceber no trecho transcrito logo abaixo, a justificativa [J16] para a neutralidade nesse contexto é basicamente de natureza ética, na medida em que – aprofundando um argumento já apresentado no texto. O Significado da ‘Neutralidade Axiológica’”, discutido acima – postula que a defesa de certas posições políticas em uma cátedra pode configurar uma situação de abuso de autoridade: é da própria estrutura hierárquica e da posição que nela ocupa o docente, que resulta a necessidade de abster-se de proferir juízos de valor. Vejamos:

“O verdadeiro professor se impedirá de impor, do alto de sua cátedra, uma tomada de posição qualquer, seja abertamente, seja por sugestão – pois a maneira mais desleal é evidentemente a que consiste em “deixar os fatos falarem”. Por que razões, em essência, devemos abster-nos? [...] Se me fosse perguntado, neste momento, porque esta última série de questões deve ser excluída de uma sala de aula, eu responderia que o profeta e o demagogo estão deslocados de uma sala de aula. Tanto ao profeta quanto ao demagogo cabe dizer: “vá à rua, fale em público”, o que vale dizer que ele fale em lugar onde possa ser criticado. Numa sala de aula, enfrenta-se o auditório de maneira inteiramente diversa: o professor tem a palavra, mas os estudantes estão condenados ao silêncio. As circunstâncias pedem que os alunos sejam obrigados a seguir os cursos de um professor, tendo em vista a futura carreira, e nenhum dos presentes em uma sala de aula pode criticar o mestre (*idem*, p. 39).

Um pouco mais adiante, Weber expõe uma outra justificativa [J17], metodológica, também já mencionada em textos anteriores, que se refere ao fato de que a tomada de posição, a valoração, compromete a validade da ciência, pois obscurece a compreensão. Eis o que nos diz o autor:

É exatamente em nome ciência que eu condeno essa forma de proceder. Recorrendo às obras de nossos historiadores, tenho a condição de lhes fornecer prova de que, sempre que um homem de ciência permite que se manifestem seus próprios juízos de valor, ele perde a compreensão integral dos fatos (*idem*, p. 40).

Essas últimas foram, segundo as palavras do próprio autor, razões de ordem prática, que defendem a recusa de imposições de convicções pessoais, e, ao caminhar para o final da exposição, oferece-nos justificativas que compreendem questões que estão na base de sua compreensão sobre a realidade em geral, e sobre os valores em particular, pois, de acordo com sua concepção, “a impossibilidade de defender cientificamente uma tomada de posição – exceto na discussão acerca de um meio para atingir um fim estabelecido solidamente *a priori* – prende-se a razões muito mais profundas” (*idem*, p. 41). São essas “razões muito mais profundas” que veremos a seguir, em uma sequência

de justificativas de caráter empírico-ontológico. Quanto a isso [J18], assevera o autor:

Tal atitude é, em princípio, absurda, porque as diversas ordens de valores se defrontam no mundo em luta incessante. Sem pretender traçar o elogio da filosofia do velho Mill, impõe-se, não obstante, reconhecer que ele tem razão, ao dizer que, quando se parte da experiência pura, chega-se ao politeísmo! (*ibidem*).

Um pouco mais adiante, Weber insiste nesse ponto, tornando ainda mais evidente que os próprios fatos tornam estéril a busca por verdades inelutáveis, e reiterando que o limite do conhecimento da ciência coincide com os limites da própria realidade empírica. Eis o que ele nos diz [J19]:

Ignoro como encontrar base para decidir “cientificamente” o problema do valor da cultura francesa face à cultura alemã; aí também, diferentes deuses combatem e, sem dúvida, por todo o sempre [...]. É o destino que governa os deuses e não uma ciência, seja esta qual for. O máximo que podemos compreender é o que o divino significa para determinada sociedade, ou o que esta ou aquela sociedade considera como divino (*idem*, p. 42).

Finalmente, encontramos uma última justificativa [J20] para a neutralidade axiológica na ciência, que se deve à própria definição de ciência e, portanto, pode ser classificada como epistemológica. Talvez justamente por ser a última, é possível perceber a força de sua retórica, a ironia dos fatos descritos e o incômodo do que, para muitos, ao menos para aqueles que se recusam a voltar aos profetas, configura-se como uma situação de aporia. Em termos simples, simplistas até, poderíamos resumir essa última proposição de Weber nos seguintes termos: a ciência não pode nos dizer nada sobre o que devemos fazer, porque ela não tem meios para afirmar qual o verdadeiro caminho; ela não pode nos dizer nada sobre o sentido da vida, pois ela desconhece tal sentido. Mas, vamos às palavras de nosso autor:

A ciência não é produto de revelações, nem é graça que um profeta ou salvador houvesse recebido para assegurar a salvação das almas; não é também (parte constitutiva) da meditação de sábios e filósofos que se dedicam a refletir sobre o sentido do mundo. Tal é o dado inelutável de nossa situação histórica, a que não podemos escapar, se desejarmos permanecer fiéis a nós mesmos. E agora, se à maneira de Tolstói novamente se colocar a indagação: ‘Falhando a ciência, onde podemos obter respostas para a pergunta – que devemos fazer e como devemos organizar nossa vida?’ ou, colocando o problema em termos empregados esta noite: ‘Que deuses devemos servir dentre os muitos que (combatem entre si)? Devemos, talvez, servir um outro deus, mas qual?’. A essa indagação responderei: procurem um profeta ou um salvador” (*idem*, p. 48)

IV. Conclusões

Ao percorrer as diversas justificativas oferecidas por Weber para sustentar a necessidade de neutralidade axiológica por parte da ciência, podemos constatar que a maior parte delas refere-se àquelas de caráter “epistemológico” (nove vezes), seguida da justificativa “ontológica” (oito vezes) e da “justificativa metodológica” (cinco vezes). Em contrapartida, as justificativas “histórica” e “ética” são as de menor ocorrência (duas vezes cada uma). Indo um pouco mais adiante nesse balanço geral, podemos dividir todas as justificativas em dois grandes grupos. Primeiro, o grupo significativamente maior daquelas justificativas segundo as quais os valores atrapalham o bom andamento da ciência, desvirtuando-a de sua razão de ser. Segundo, temos o grupo das justificativas que afirmam que o enunciado de valor por parte do praticante da ciência, especialmente quando este atua como professor, não seria eticamente correto.

Entretanto, e essa é a tese que se defende aqui, mesmo as justificativas de natureza gnosiológica, em sua maioria, têm consequências para o plano da ética. E aqui, acredita-se, reside a principal importância da análise desse aspecto da teoria weberiana, na medida em que isso torna possível compreender aquilo que está na base da posição do autor diante de um dos debates mais polêmicos da Sociologia: a prática sociológica deve ou não ser engajada? A ciência pode ou não enunciar juízos de valor sobre o real? Ou ainda, ela pode nos dizer o que fazer? Com a análise apresentada nessas páginas, espera-se ter contribuído para ampliar o nosso entendimento sobre as razões de Weber para defender a neutralidade axiológica.

Aliás, os argumentos aqui examinados não marcam apenas uma posição no âmbito do debate sociológico, mas têm implicações para toda a história da reflexão sobre a possibilidade de encontrarmos o “bem” de forma segura, universal, absoluta. Ainda que correndo o risco de afastar-se um pouco dos propósitos gerais deste artigo, creia-se que seja de fundamental importância indicar quais são essas implicações, afinal, é isso que, em última instância, faz com que a discussão desse tema seja tão relevante. Afinal, aqui encontramos afirmações que colocam em xeque as pretensões nutridas pela Filosofia Moral durante séculos pois, de maneira mais ou menos subtil, o que está por trás de suas palavras é a seguinte constatação: ao conhecimento humano não é dado conhecer qualquer tipo de verdade última no que concerne a questões sobre o “Bem”, portanto, sobre a Ética; como a Ciência é um conhecimento humano, se quiser permanecer coerente com seu compromisso de ater-se aos fatos, ela não pode avançar sobre o campo do dever ser. Além disso, conforme a leitura que se fizer das palavras de Weber, é possível extrair uma outra conclusão, de consequências ainda mais funestas para as pretensões da Ética: se o único conhecimento que existe é o conhecimento humano, ninguém pode afirmar coisa alguma sobre a verdade da moral, do dever ser, do caminho verdadeiro, seja para a felicidade, seja para a salvação.

Essa perspectiva de Weber provocou intensos debates no campo intelectual, sobretudo na Alemanha. Certamente houve tentativas de escapar a tal situação de “Crítica e Resignação”, para fazer referência às palavras de Cohn (1979). De um lado temos, por exemplo, o empreendimento teórico de Jürgen Habermas, que aceitou a tese da falibilidade da ciência e de que as questões de valor concernem ao “mundo da vida” e que, portanto, devem ser discutidas no âmbito da política, entendida como *praxis* cotidiana que envolve a deliberação acerca de questões que dizem respeito ao destino de toda a comunidade. Em outras palavras, Habermas (1987) aceita o fato de que a ciência não se pode pronunciar sobre o dever ser, mas não vê nisso um problema, mas, ao contrário, a possibilidade do exercício de uma racionalidade que só se tornou viável na própria modernidade, que não é nem a racionalidade “técnica” da ciência nem a racionalidade “subjetiva” e “substantiva” da metafísica, mas é a racionalidade “comunicativa” ou “intersubjetiva” da esfera pública política.

Porém, de outro lado, temos autores que parecem ver nas afirmações de Weber ideias duras demais para serem aceitas. O filósofo alemão Leo Strauss, radicado no Estado Unidos, talvez seja um dos maiores expoentes dessa perspectiva. Em seu livro *Natural Right and History*, o autor dedica um capítulo inteiro à crítica dos pressupostos metodológicos de Weber, e escreve que “concluir da irreduzibilidade absoluta do ‘ser’ ao ‘dever ser’, a impossibilidade de uma ciência social que conceda lugar à valoração é uma afirmação absolutamente insustentável” (Strauss, 1986, p. 49). Para o autor, é tão difícil aceitar a posição weberiana que, em um certo tom de inconformismo, questiona se a

ideia de que a razão humana é incapaz de resolver o conflito entre valores essenciais é um argumento realmente comprovado ou se não passa de um postulado, ele mesmo baseado em alguma preferência moral. Ao final, porém, reconhece que tanto a ciência quanto a filosofia dizem respeito ao conhecimento possível das faculdades humanas; contudo, não abre mão da premissa de que o conhecimento humano pode acessar uma verdade mais profunda, verdadeira, eterna. Como Strauss fundamenta essa convicção? Nas escrituras bíblicas, na revelação, cuja validade é, para o autor, filosoficamente incontestável.

Complexa a herança de Weber, difíceis as questões levantadas por ele, e justamente por serem questões, e não respostas, dão margem a inúmeros debates, levantam polêmicas, mas continuam a servir como norte para quem deseja comprometer-se com a prática científica e, em especial, para quem aceita a “*Soziologie als Beruf*”.

Raquel Weiss (weiss.raquel@gmail.com) é doutora em Filosofia pela USP, e professora do Departamento de Sociologia da UFRGS.

Referências

- Bruun, H.H., 2001. Weber on Rickert: From value relation to ideal type. *Max Weber Studies*, 1(2), pp. 138-160.
- Cohn, G., 1979. *Crítica e resignação. Fundamentos da Sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Durkheim, É., 1994. *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone.
- Habermas, J., 1987. *Teoria de la Accion Comunicativa*. Madrid: Taurus.
- Kant, I., 1978. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril.
- Pierucci, A.F., 2003. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Editora 34.
- Ringer, F., 1997. *A metodologia de Max Weber*: unificação das ciências culturais e sociais. São Paulo: Edusp.
- Rossi, P., 1981. Introduzione. In M. Weber. *Il Metodo delle Scienze Storico-Sociali*. Torino: Einaudi.
- Schluchter, W., 2010. *Paradoxos da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Strauss, L., 1986. *Droit Naturel et Histoire*. Paris : Champs.
- Weber, M., 1981a. L’ “*Objetività*” Conoscitiva della Scienza Sociale e della Politica Sociale. In _____. *Il Metodo delle Scienze Storico-Sociali*. Torino: Einaudi.
- _____. 1981b. Studi Critici Intorno alla Logica delle Scienze della Cultura. In _____. *Il Metodo delle Scienze Storico-Sociali*. Torino: Einaudi.
- _____. 1981c. Il Significato della ‘*Avalutatività*’ delle Scienze Sociologiche e Economiche. In _____. *Il Metodo delle Scienze Storico-Sociali*. Torino: Einaudi.
- _____. 1985a. Die ‘*Objektivität*’ Sozialwissenschaftlicher und Sozialpolitischer Erkenntnis. In _____. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tübingen: J.C.B. Möhr.
- _____. 1985b. Kritischen Studien auf dem Gebiet der Kulturwissenschaftlichen Logik. In _____. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tübingen: J.C.B. Möhr.
- _____. 1985c. Der Sinn ‘*Wertfreiheit*’ der soziologischen und ökonomischen Wissenschaften. In: _____. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tübingen: J.C.B. Möhr.
- _____. 1985d. Wissenschaft als Beruf. In _____. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tübingen: J.C.B. Möhr.
- _____. 1999. A ciência como vocação. In _____. *Ciência e Política – duas vocações*. São Paulo: Cultrix.
- Weiss, R., 2009. O conceito de educação como chave para a passagem entre positivo e normativo. In A.B. Massella; F. Pinheiro Filho; M.H.O. Augusto & R. Weiss, eds. *Durkheim: 150 Anos*. Belo Horizonte: Fino Traço.

ABSTRACT

This paper discusses one of the key themes of social sciences, specially of the Weberian work, the debate regarding how the scientist should behave regarding his object, social reality: if committed or neutral. Throughout the paper his position about the “value neutrality” issue is scrutinized. More than identifying the general meaning involved in this idea, the main purpose was to apprehend the justification mobilized by the author to provide a basis for this general premise. The first step of the research consisted in a structural reading of all texts gather together in the *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, as is clearly presented in the second section. After that were selected all the excerpts containing the expression *Wertfreiheit* and some other correlated terms,

presented as a table in the end of this paper. Those excerpts were then classified and analyzed regarding its content, on order to grasp the justifications presented by the author. To conclude, those data were synthetized in order to produce general claims regarding Weberian theory. The main result of this investigation is a wider and deeper understanding of the justifications underlying one of the crucial statements of Weberian sociology, allowing a most well-informed position regarding this general issue, that remains one of the key problems in contemporary debate within epistemology of social sciences. Therefore, this paper provides a contribution to this debate, throwing a new light about the premises sustaining the principle of value neutrality, making explicit that the defense of this principle refers to multiple justifications. Beside that, the discussion presented here allows a clearer understanding about the consequences of this principle for science and to social life.

KEYWORDS: Max Weber; Methodology of Social Sciences; Value Neutrality; Sociological Theory; Epistemology

Apêndice

Quadro 1 –neutralidade axiológica e conceitos correlatos

<i>Geltung</i>	validade (refere-se ao plano do dever ser)
<i>Gelten</i>	valer
<i>Geltend</i>	válido
<i>Geltendsollen</i>	que deve valer
<i>Geltungsbereich</i>	âmbito de validade
<i>Geltungssphäre</i>	esfera de validade
<i>Gesinnung</i>	intenção, disposição, consciência (como consciência moral, em oposição a <i>Bewusstsein</i> ”, que é a consciência em sentido gnosiológico).
<i>Sinn</i>	sentido
<i>Sinnwidrig</i>	oposto ao sentido
<i>Sinndeutung</i>	interpretação de sentido
<i>Sinnlosigkeit</i>	falta de sentido
<i>Sinnverständniss</i>	compreensão de sentido
<i>Wert</i>	valor
<i>Wertlos</i>	sem valor
<i>Wertvoll</i>	com valor
<i>Wertend</i>	tomada de posição valorativa, valorativo
<i>Wertfreiheit</i>	neutralidade axiológica
<i>Wertgeschichtspunkt</i>	ponto de vista valorativo
<i>Werturteil</i>	juízo de valor
<i>Wertung</i>	valoração/avaliação
<i>Wertend</i>	valorativo
<i>Wertbeziehung</i>	relação a valor/relação de valor
<i>Wertbezogenheit</i>	referência de valor, referência a valor
<i>Bewertung</i>	valoração/avaliação
<i>Wertungsfragen</i>	questão de valoração
<i>Wertungstandpunkt</i>	ponto de vista valorativo
<i>Wertmassstab</i>	critério de valor/valorativo
<i>Wertbeurteilung</i>	valorativo

Fonte: elaboração própria

Quadro 2 –síntese das justificativas para a neutralidade axiológica

	Argumento	J. O.	J. M.	J. L.	J. H.	J. Et	J. Ep.
T1 – J1	Os fatos são o limite da ciência e não revelam critérios últimos	•				•	
T1 - J2	O geral (dever ser) não pode ser deduzido do particular			•			
T1 – J3	Tipo ideal como dever ser compromete a explicação		•				
T2 – J4	Juízos éticos não podem fundamentar a pesquisa empírica		•	•			
T2 – J5	Juízos de valor têm fundamento subjetivo, comprometem objetividade	•		•			
T3 – J6	As valorações são baseadas em preferências pessoais				•		
T3 – J7	Valorações do professor não são contestadas em sala de aula					•	
T3 – J8	Há diferença entre abordagem científica e filosófica dos valores						•
T3 – J9	Autonomia das esferas de valor e impossibilidade de tomar partido	•		•			•
T3 – J10	Progresso do conhecimento leva a reconhecer politeísmo dos valores	•		•			•
T3 – J11	“Todo dever ser” é baseado em premissas metafísicas	•					
T3 – J12	Ciência não pode atribuir valor às transformações psíquicas	•					•
T3 – J13	Valorações comprometem a explicação causal		•				
T4 – J14	A ciência não pode apreender o ser verdadeiro”						•
T4 - J15	Ciência não tem parâmetro para dizer quais devem ser nossos objetivos						•
T4 – J16	Defender posição política na cátedra é atitude de profeta ou demagogo					•	
T4 – J17	Valorações comprometem a explicação causal		•				
T4 – J18	Os fatos demonstram o politeísmo dos valores	•					
T4 – J19	Os fatos demonstram o politeísmo dos valores	•					•
T4 – J20	A ciência não pode conhecer o sentido da vida						•

Fonte: elaboração própria

Legenda:

T1: Texto “A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais”

T2: Texto “Estudos Críticos sobre a Lógica das Ciências da Cultura”

T3: Texto “O Significado da Neutralidade Axiológica”

T4: Texto “A Ciência como Vocaçao”

J1 – J20: Justificativa para a neutralidade axiológica conforme figuram no presente texto

J. O.: Justificativa Ontológica

J. M.: Justificativa Metodológica

J. H.: Justificativa Histórica

J. Et.: Justificativa Ética

J. Ep.: Justificativa Epistemológica

J. L.: Justificativa Lógica